



Regulação e supervisão do setor segurador e dos fundos de pensões – interligação com o sistema bancário –

José Almaça

Banco de Cabo Verde, 12 de novembro de 2013



ÍNDICE

1. Instituto de Seguros de Portugal (ISP)

1.1. Enquadramento Legal Base

1.2. Natureza e Regime Jurídico

1.3. Atribuições

1.4. Competências

1.5. Princípios Estruturais de Funcionamento

2. O impacto da atual crise financeira

3. O que une e afasta a Banca e os Seguros



1. Instituto de Seguros de Portugal (ISP)

1.1. Enquadramento Legal Base

1.2. Natureza e Regime Jurídico

1.3. Atribuições

1.4. Competências

1.5. Princípios Estruturais de Funcionamento

2. O impacto da atual crise financeira

3. O que une e afasta a Banca e os Seguros



1. Instituto de Seguros de Portugal (ISP)

«O ISP tem por missão assegurar o bom funcionamento do mercado segurador e dos fundos de pensões em Portugal, por forma a contribuir para a garantia da proteção dos tomadores de seguro, pessoas seguras, participantes e beneficiários.

Esta missão é assegurada através da promoção da estabilidade e solidez financeira de todas as instituições sob a sua supervisão, bem como da garantia da manutenção de elevados padrões de conduta por parte dos operadores (empresas de seguros e resseguros, sociedades gestoras de fundos de pensões e mediadores).»



1. Instituto de Seguros de Portugal (ISP)

1.1. Enquadramento Legal Base

- **Estatuto**, aprovado pelo DL n.º 289/2001, de 13 de novembro, alterado pelo DL n.º 195/2002, de 25 setembro
- **Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora**, aprovado pelo DL n.º 94-B/98, de 17 de abril, republicado pelo DL n.º 2/2009, de 5 de janeiro e alterado pela Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, pelo DL n.º 52/2010, de 26 de maio e pela Lei n.º 46/2011, de 24 de junho



1. Instituto de Seguros de Portugal (ISP)

1.1. Enquadramento Legal Base

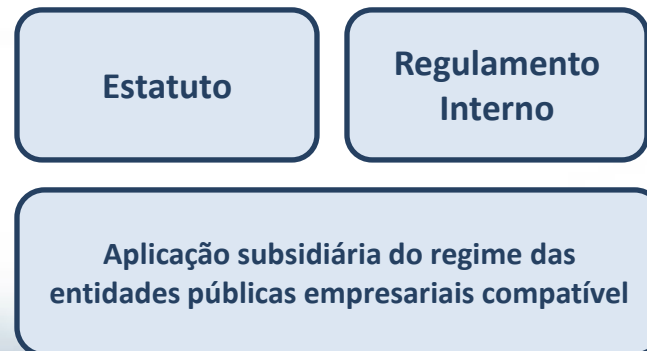
- **Regime Jurídico da Constituição e Funcionamento de Fundos de Pensões e respetivas Entidades Gestoras**, aprovado pelo DL n.º 12/2006, de 20 de janeiro, alterado pelos DLs n.º 180/2007, de 9 de maio e n.º 357-A/2007, de 31 de outubro
- **Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade de Mediação de Seguros e Resseguros**, aprovado pelo DL n.º 144/2006, de 31 de julho, alterado pelo DL n.º 359/2007, de 2 de novembro e pela Lei n.º 46/2011, de 24 de junho



1. Instituto de Seguros de Portugal (ISP)

1.2. Natureza e Regime Jurídico

- Pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa e financeira e de património próprio (art. 1º Estatutos)
- Entidade Administrativa Independente / Instituto Público de regime especial (art. 48º, n.º 1, al. f) da LQIP e arts. 7º, n.º 1 e 23 da LOMF)
- Tutela do Ministro das Finanças (art. 2º, n.º 1 Estatutos)
- Regime:
(art. 2º, n.º 2 Estatutos)





1. Instituto de Seguros de Portugal (ISP)

1.3. Atribuições

- Regulamentar, fiscalizar e supervisionar a atividade seguradora, resseguradora, de mediação dos seguros e fundos de pensões
- Assistir o Governo na definição das orientações a prosseguir na política para estes setores e executar essa política
- Gerir os fundos que lhe sejam confiados por lei (Fundo de Garantia Automóvel e Fundo de Acidentes de Trabalho)



1. Instituto de Seguros de Portugal (ISP)

1.4. Competências

- **Regulamentares**

- **Apresentar** ao Governo, a pedido deste ou por iniciativa própria, propostas legislativas sobre matérias das atribuições do ISP
- **Aprovar** regulamentos no âmbito das atribuições do ISP, de cumprimento obrigatório pelas entidades sujeitas à sua supervisão
- **Emitir** apólices uniformes ou condições mínimas para seguros obrigatórios



1. Instituto de Seguros de Portugal (ISP)

1.4. Competências

- **De autorização ou de não oposição**

- **Autorizar** a constituição e exercício de atividade por empresas de seguros e de resseguros sediadas em Portugal (as sucursais de empresas sediadas na União Europeia não necessitam de autorização e as sucursais de empresas sediadas fora da União Europeia são autorizadas pelo Ministro das Finanças)
- **Autorizar** a constituição de fundos de pensões e respetivas sociedades gestoras, alterações aos contratos constitutivos e aos regulamentos de gestão e transferências de gestão entre entidades gestoras
- **Autorizar** determinadas alterações estatutárias das empresas de seguros ou de resseguros e das sociedades gestoras de fundos de pensões



1. Instituto de Seguros de Portugal (ISP)

1.4. Competências

- **De autorização ou de não oposição (cont.)**

- **Controlar** a aquisição ou aumento de participações qualificadas nas empresas de seguros ou de resseguros, nas sociedades gestoras de fundos de pensões ou nos corretores de seguros, mediante decisão de oposição ou não oposição
- **Autorizar** transferências de carteiras, a fusão e a cisão de empresas de seguros ou de resseguros
- **Permitir** a dissolução voluntária ou liquidação judicial ou extrajudicial das empresas de seguros ou de resseguros, mediante decisão de oposição ou não oposição
- **Autorizar** a extinção de fundos de pensões



1. Instituto de Seguros de Portugal (ISP)

1.4. Competências

- **De registo ou certificação**

- **Registar** os órgãos de administração e fiscalização das empresas de seguros ou de resseguros e de sociedades gestoras de fundos de pensões
- **Registar** condições gerais e especiais das apólices de seguros obrigatórios
- **Registar** as vicissitudes relativas a fundos de pensões e entidades gestoras
- **Certificar** os atuários responsáveis das empresas de seguros ou de resseguros e de fundos de pensões



1. Instituto de Seguros de Portugal (ISP)

1.4. Competências

- **De registo ou certificação (cont.)**
 - **Registar** mediadores de seguros ou de resseguros
 - **Registar** contraordenações aplicáveis a mediadores de seguros ou de resseguros
 - **Reconhecer** os cursos de formação dos mediadores de seguros ou de resseguros



1. Instituto de Seguros de Portugal (ISP)

1.4. Competências

- **De supervisão *on-site* e *off-site***

- **Verificar** a conformidade técnica, financeira e legal da atividade das empresas de seguros e resseguros, de fundos de pensões e respetivas sociedades gestoras e dos mediadores sob a sua supervisão
- **Obter** informações pormenorizadas sobre a situação das empresas de seguros ou de resseguros e de fundos de pensões e respetivas sociedades gestoras e dos mediadores de seguros e de resseguros e o conjunto das suas atividades através da recolha de dados, da exigência de documentos relativos ao exercício da atividade ou de inspeções a efetuar nas instalações da empresa
- **Fiscalizar** as garantias financeiras das empresas de seguros ou de resseguros e dos meios de que dispõem para fazerem face aos compromissos assumidos



1. Instituto de Seguros de Portugal (ISP)

1.4. Competências

- De supervisão *on-site* e *off-site* (cont.)

- **Exercer** a supervisão complementar das empresas de seguros ou de resseguros que façam parte de um grupo segurador ou de um conglomerado financeiro [cfr. DL n.º 145/2006, de 31 de julho]
- **Fiscalizar** o cumprimento dos requisitos legais e regulamentares em matéria de estrutura e mecanismos de governo das empresas de seguros ou de resseguros e das sociedades gestoras de fundos de pensões
- **Fiscalizar** o cumprimento dos requisitos legais e regulamentares em matéria de conduta de mercado aplicáveis às empresas de seguros



1. Instituto de Seguros de Portugal (ISP)

1.4. Competências

- ***De enforcement***

- **Adotar**, em relação às entidades sob sua supervisão, seus dirigentes, responsáveis ou pessoas que as controlam, todas as medidas adequadas e necessárias não só para garantir que as suas atividades observam as disposições legais e regulamentares que lhes são aplicáveis, como também para evitar ou eliminar qualquer irregularidade que possa prejudicar os interesses dos segurados, dos participantes e dos beneficiários



1. Instituto de Seguros de Portugal (ISP)

1.4. Competências

- ***De enforcement*** (cont.)

- **Determinar a aplicação** às empresas de seguros ou de resseguros e às sociedades gestoras de fundos de pensões de providências de recuperação e saneamento em caso de situação financeira insuficiente:
 - * Retificação das provisões técnicas ou apresentação de plano de financiamento ou de recuperação
 - * Restrições à exploração de determinados ramos ou modalidades de seguros ou tipos de operações, à constituição de novos ou determinados fundos de pensões



1. Instituto de Seguros de Portugal (ISP)

1.4. Competências

- ***De enforcement*** (cont.)

- * Restrições à tomada de créditos e à aplicação de fundos em determinadas espécies de ativos, ou restrição ou proibição da livre utilização dos ativos
- * Proibição ou limitação da distribuição de dividendos ou de resultados
- * Sujeição de certas operações ou de certos atos à aprovação prévia do ISP
- * Imposição da suspensão ou da destituição de titulares de órgãos sociais da empresa



1. Instituto de Seguros de Portugal (ISP)

1.4. Competências

- ***De enforcement*** (cont.)

- * Designação de um ou mais administradores provisórios ou de uma comissão de fiscalização
- * Determinação do aumento ou redução do capital social ou cedência a terceiros de participações no mesmo
- * Encerramento e selagem de estabelecimentos
- * Revogação da autorização para o exercício da atividade



1. Instituto de Seguros de Portugal (ISP)

1.4. Competências

- **Revogatórias**

- **Revogar** a autorização para o exercício da atividade seguradora ou resseguradora e de sociedade gestora de fundos de pensões
- **Requerer** a dissolução e liquidação judicial de empresas de seguros ou de resseguros
- **Suspender e cancelar** o registo de mediadores de seguros ou de resseguros
- **Retirar** um curso de formação de mediadores de seguros da lista dos cursos reconhecidos



1. Instituto de Seguros de Portugal (ISP)

1.4. Competências

- **Contraordenacionais**

- **Processar** as contraordenações
- **Proceder** à apreensão de documentos e valores e à selagem de objetos
- **Aplicar** as coimas e sanções acessórias (com exceção de algumas da competência do Ministro das Finanças)



1. Instituto de Seguros de Portugal (ISP)

1.4. Competências

- **Institucionais**

- **Participar:**

- * no **Conselho Nacional de Supervisores Financeiros**, entidade cuja atribuição consiste na promoção da coordenação da atuação entre as autoridades de supervisão do sistema financeiro
 - * no **Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria**, ao qual cabe assegurar a supervisão da atividade de auditoria e do qual fazem parte as autoridades de supervisão do sistema financeiro, a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e a Inspeção-Geral de Finanças



1. Instituto de Seguros de Portugal (ISP)

1.4. Competências

- **Institucionais**

- **Participar (cont.):**

- * no ***Expert Group on Banking, Payments and Insurance*** (EGBPI), ao qual cabem funções de aconselhamento à Comissão, promoção da cooperação, da troca de informações e delegação de tarefas entre supervisores e garantir a convergência na aplicação do enquadramento comunitário
 - * no **Conselho de Supervisores da *European Insurance and Occupational Pensions Authority*** (EIOPA), entidade cuja atribuição consiste em assegurar a estabilidade do sistema financeiro da União Europeia (UE), bem como a proteção dos tomadores de seguro, pessoas seguras, participantes e beneficiários



1. Instituto de Seguros de Portugal (ISP)

1.4. Competências

- **Institucionais**

- **Participar** (cont.):

- * no **Conselho Geral** do *European Systemic Risk Board* (ESRB), ao qual cabe assegurar a supervisão macroprudencial do sistema financeiro europeu, contribuindo para a estabilidade financeira da UE, através da prevenção do risco sistémico



1. Instituto de Seguros de Portugal (ISP)

1.5. Princípios estruturais de funcionamento

1. Passaporte Comunitário

2. Independência

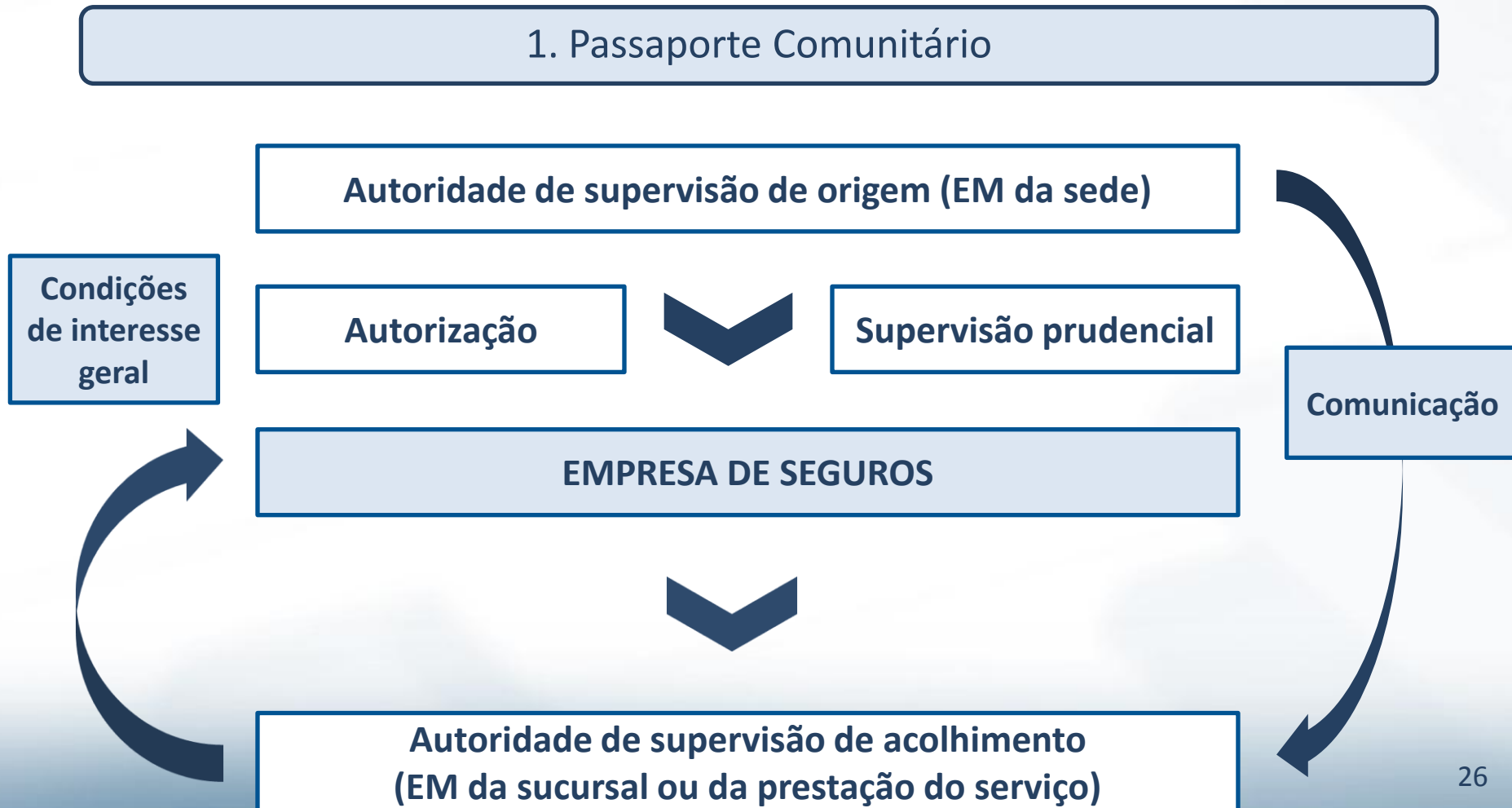
3. Responsabilização

4. Transparência



1. Instituto de Seguros de Portugal (ISP)

1.5. Princípios estruturais de funcionamento





1. Instituto de Seguros de Portugal (ISP)

1.5. Princípios estruturais de funcionamento

2. Independência

Independência Orgânica

- Duração do mandato dos membros do conselho diretivo
- Regime de inamovibilidade
- Regime de exclusividade e incompatibilidades
- Tutela do Ministro das Finanças limitada aos atos previstos nos Estatutos

Independência Operacional

- Poderes de supervisão exclusivos
- Não existe direito genérico de recurso para o Ministro das Finanças
- Regime de incompatibilidades dos membros do conselho diretivo e dos trabalhadores

Independência Financeira

- Não existe financiamento pelo Orçamento do Estado
- Financiamento baseado em taxa incidente sobre:
 - empresas de seguros
 - sociedades gestoras de fundos de pensões
 - mediadores de seguros ou de resseguros



1. Instituto de Seguros de Portugal (ISP)

1.5. Princípios estruturais de funcionamento

3. Responsabilização

- Perante:
 - Tribunais
 - Governo
 - Parlamento



1. Instituto de Seguros de Portugal (ISP)

1.5. Princípios estruturais de funcionamento

4. Transparência

Institucional

- Informação institucional no sítio do ISP na Internet
- Divulgação das principais deliberações do conselho diretivo no sítio do ISP na Internet
(cfr. Circular n.º 3/2005, de 18 de fevereiro – Princípios orientadores da divulgação das deliberações)

Mercado

- Múltiplos dados estatísticos disponíveis no sítio do ISP na Internet e publicações periódicas
- Relatório do Setor Segurador e dos Fundos de Pensões
- Relatório de Regulação e Supervisão da Conduta de Mercado
- Consulta no sítio do ISP na Internet das entidades autorizadas

Regulação

- Consultas Públicas dos projetos legislativos ou regulamentares
(cfr. Circular n.º 27/2004, de 26 de outubro – Princípios orientadores das consultas públicas)
- Informação sobre emissão de regulamentação



1. Instituto de Seguros de Portugal (ISP)

1.1. Enquadramento Legal Base

1.2. Natureza e Regime Jurídico

1.3. Atribuições

1.4. Competências

1.5. Princípios Estruturais de Funcionamento

2. O impacto da atual crise financeira

3. O que une e afasta a Banca e os Seguros



2. O impacto da atual crise financeira

- Eclosão da “bolha” financeira a nível internacional
- As baixas taxas de juro encorajaram uma “euforia” nos mercados, com consequente aumento de:
 - Alavancagem dos bancos
 - Consumo e endividamento por parte de famílias e empresas
 - Preços dos ativos, com subestimação dos riscos associados
 - Redução das exigências de subscrição aplicados pelos bancos para a concessão de empréstimos



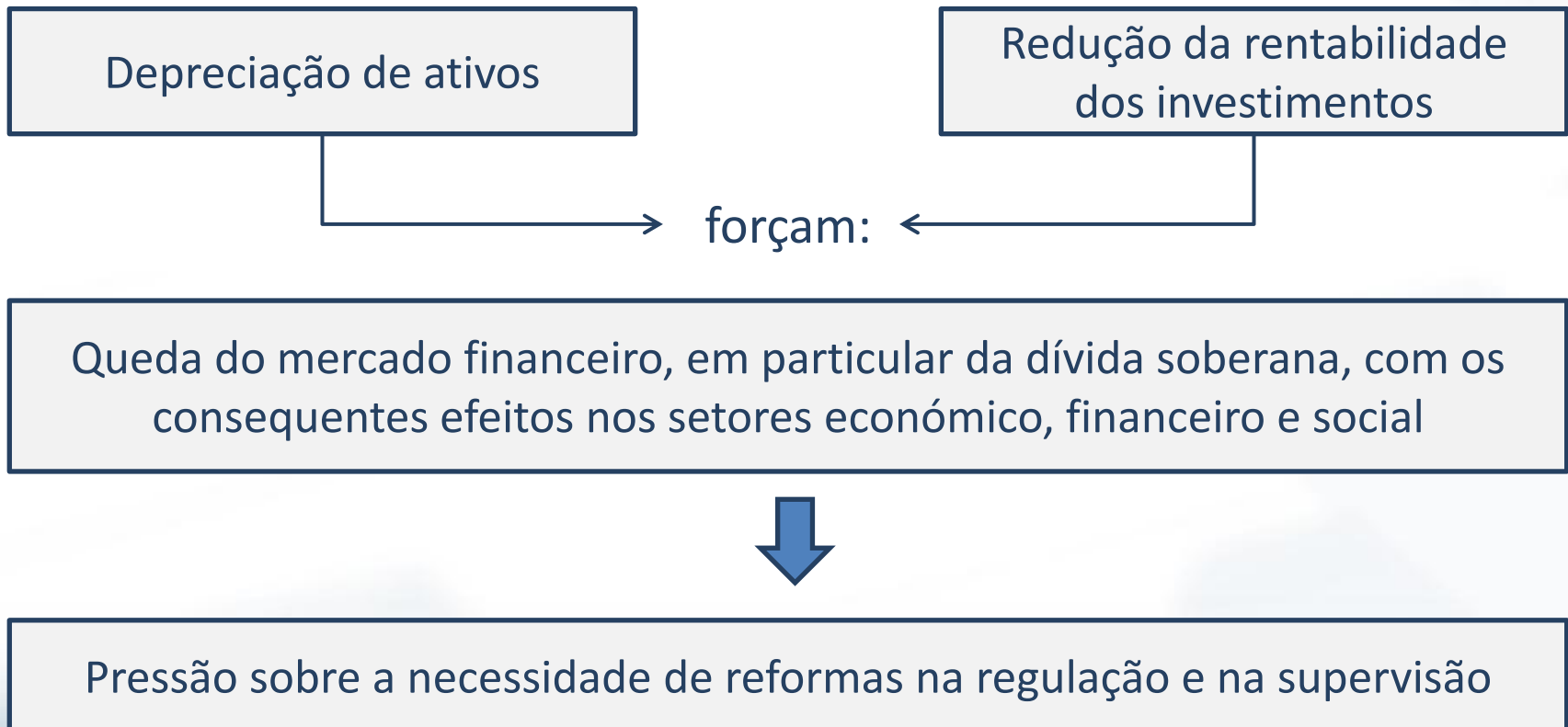
2. O impacto da atual crise financeira

- Causas identificadas
 - Remunerações focadas no retorno a curto prazo
 - Inconsistência nas avaliações realizadas pelas agências de notação financeira
 - Intervenção insuficiente por parte das autoridades de supervisão
 - Desenvolvimento de áreas não regulamentadas (*hedge funds, shadow banking*)



2. O impacto da atual crise financeira

- O impacto da crise financeira



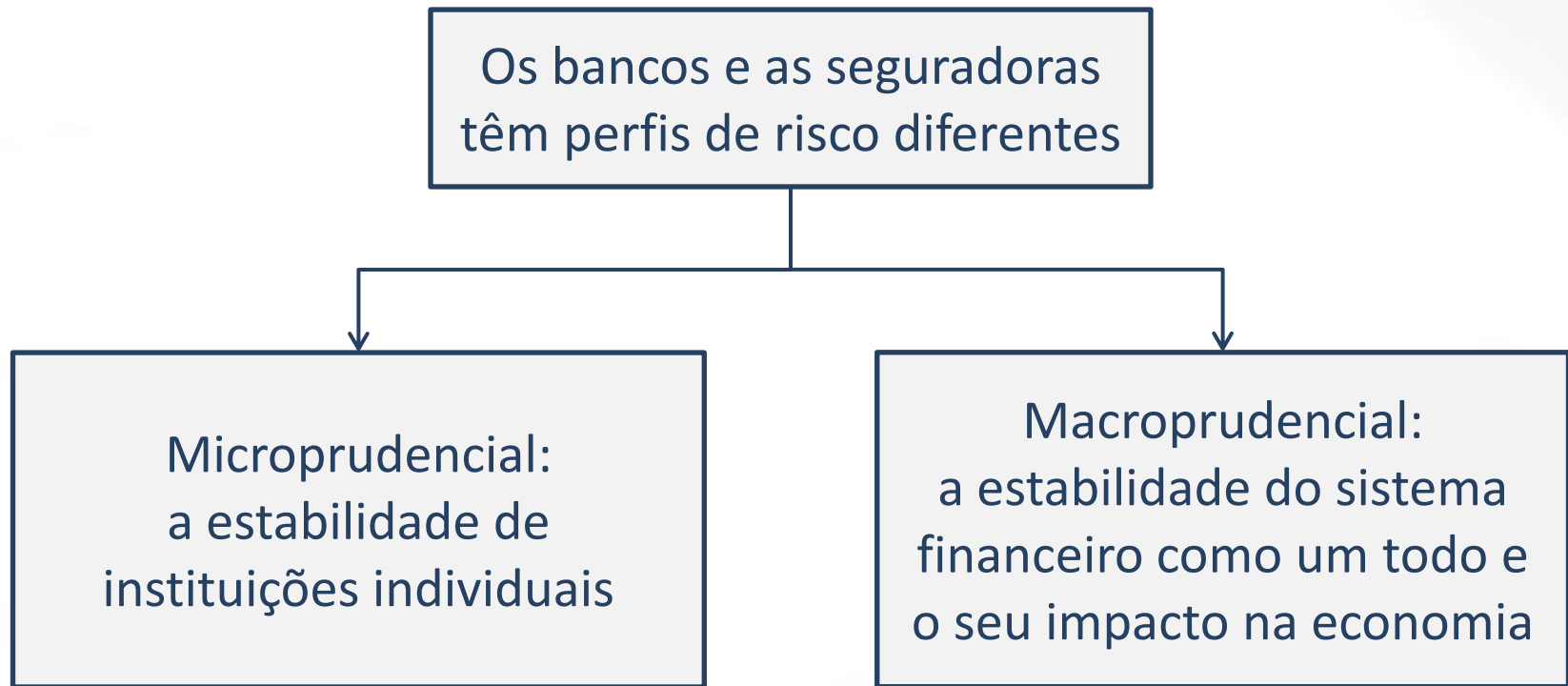


2. O impacto da atual crise financeira

- Será que os bancos e as seguradoras tiveram o mesmo papel durante a crise?
 - Não. Dado que estas entidades operam em mercados diferentes e têm modelos de negócio distintos, o impacto desta crise não foi igual.



2. O impacto da atual crise financeira





1. Instituto de Seguros de Portugal (ISP)

1.1. Enquadramento Legal Base

1.2. Natureza e Regime Jurídico

1.3. Atribuições

1.4. Competências

1.5. Princípios Estruturais de Funcionamento

2. O impacto da atual crise financeira

3. O que une e afasta a Banca e os Seguros



Será que indústria de seguros
está à frente ou a ficar para trás
em relação aos seus
homólogos bancários?



3. O que une e afasta a Banca e os Seguros

- Existe um movimento de convergência entre estas duas importantes áreas do sistema financeiro através de:
 - Consolidação
 - Disciplina do mercado de capitais



3. O que une e afasta a Banca e os Seguros

- No entanto, existem diferenças importantes entre os setores bancário e segurador:
 - Os bancos focam-se primordialmente nos custos correntes por oposição a receitas conhecidas
 - O termo ou posse de produtos bancários é geralmente mais curto do que no negócio de seguros



3. O que une e afasta a Banca e os Seguros

Pontos em comum

- Retenção de uma margem (*spread* de investimento) no dinheiro (depósitos bancários ou prémios de seguros) obtido dos seus clientes
- Assunção de riscos financeiros (exposições de mercado) adicionalmente aos riscos do negócio principal
- Crescimento do risco financeiro, em ambos os casos, em termos de complexidade e importância, durante a última década
- Apoio a investimentos com financiamento externo e dinheiro dos clientes, expondo os capitais próprios e o capital baseado no risco a flutuações do mercado



3. O que une e afasta a Banca e os Seguros

Diferenças

1. Tipo de negócio

– Seguros

- * *Pooling* de riscos
- * Transformação de riscos
- * Nível de diversificação de riscos necessário

– Banca

- * Grande diversidade de negócios e serviços
- * Desempenho de funções diversas (recolha de depósitos e extensão de empréstimos, ação em atividades de criação de mercado , prestação de serviços de assessoria)



3. O que une e afasta a Banca e os Seguros

Diferenças

2. Financiamento

– Seguros

- * Financiados fundamentalmente pelos tomadores de seguros (provisões técnicas)
- * Financiamento de longo prazo
- * Fortes políticas de ALM

– Banca

- * Estruturas de financiamento diferentes
- * Maioria do financiamento é normalmente de curta duração
- * Ligação entre ativos e passivos não tão substancial



3. O que une e afasta a Banca e os Seguros

Diferenças

3. Estrutura do Balanço

— Seguros

- * Relativamente estável
- * Pagamentos influenciados pelos ciclos económicos (extensão limitada)
- * Carteiras de investimento conservadoras
- * Uso limitado de empréstimos inter-empresa e transferência do risco para o mercado de capitais

— Banca

- * Riscos mais independentes em ambos os lados do Balanço
- * Risco principal reside no valor do risco de crédito
- * Crédito interbancário faz parte do modelo de negócio



3. O que une e afasta a Banca e os Seguros

Diferenças

4. Posse de riscos e transparência

- **Seguros**

- * Alto incentivo para avaliar e tarifar os riscos devidamente

- **Banca**

- * Alguns bancos podem apresentar um elevado grau de riscos detidos (sem subscrição de transferência de riscos)



3. O que une e afasta a Banca e os Seguros

Diferenças

5. Interconetividade

– Seguros

- * Baixa interação entre empresas
- * Baixos riscos sistémicos caso uma única empresa tenha problemas

– Banca

- * Elevada interconetividade entre entidades
- * Financiamento interbancário e mercado de *repos*
- * Investimentos por parte de alguns bancos em ativos securitizados emitidos por outros participantes
- * Negociações e transações substanciais entre participantes
- * Elevado risco sistémico se um único banco incumpre



3. O que une e afasta a Banca e os Seguros

Diferenças

6. Volatilidade do negócio

– Seguros

- * Receitas e pagamentos de seguros são estáveis
- * Volatilidade de curto prazo tem impactos limitados nos resultados e na estabilidade

– Banca

- * Natureza de curto prazo do negócio
- * Maior utilização da alavancagem



3. O que une e afasta a Banca e os Seguros

Diferenças

7. Gestão de investimentos

– Seguros

- * Passivos de longo prazo superiores aos ativos
- * Abordagem conservadora aos investimentos

– Banca

- * Duração curta dos passivos em comparação com os ativos
- * Abordagem ao investimento orientada pelos ativos



3. O que une e afasta a Banca e os Seguros

Diferenças

8. Risco macro-sistémico

— Seguros

- * Interligação é limitada
- * Elevado grau de substituíbilidade
- * Baixa velocidade de contágio

— Banca

- * Dimensão é normalmente um fator negativo
- * Risco de liquidez mais elevado
- * Elevada velocidade de contágio



**AUTORIDADE DE SUPERVISÃO
DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES**

